REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

ECONOMIA CIRCULAR E DESENVOLVIMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

CIRCULAR ECONOMY AND DEVELOPMENT IN QUILOMBOLA COMMUNITIES: A CRITICAL ANALYSIS

ECONOMÍA CIRCULAR Y DESARROLLO EN COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UN ANÁLISIS CRÍTICO

Marcos Vinícius Souza do Nascimento[1], Ermínia Medeiros Macêdo[2], Maria da Vitória Barbosa Lima[3], Janaína Alvarenga Aragão[4], Amélia Coelho Rodrigues Maciel[5], Miriam dos Santos Lopes[6], Luciano Silva Figueiredo[7]

e717208
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i1.7208

PUBLICADO: 01/2026

RESUMO

Este artigo analisa a convergência entre os princípios da Economia Circular e as dinâmicas de desenvolvimento em comunidades quilombolas no Brasil, sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar. O objetivo geral da pesquisa é investigar como a adoção de modelos econômicos circulares pode promover o desenvolvimento sustentável e a autonomia dessas comunidades, protegendo-as de abordagens tradicionais e extrativistas que historicamente marginalizam populações tradicionais. A metodologia fundamenta-se em uma revisão bibliográfica qualitativa e exploratória, ancorada na antropologia do desenvolvimento e em estudos de economia política, utilizando autores clássicos como Celso Furtado, Walter Rodney e Arturo Escobar para desconstruir o "mito do desenvolvimento". Os resultados parciais da pesquisa indicam que o alinhamento entre a Economia Circular e os valores tradicionais, como a gestão comunitária de recursos e a valorização do conhecimento local, fortalece o etnodesenvolvimento e a economia solidária. A transição circular não deve ser um mero ajuste técnico, mas uma ferramenta de contra-hegemonia que promova a justiça social e a preservação da identidade cultural, desde que acompanhada de políticas públicas que garantam direitos territoriais e combatam o racismo estrutural.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Circular. Comunidades Quilombolas. Etnodesenvolvimento.

ABSTRACT

This article analyzes the convergence between the principles of the Circular Economy and development dynamics in quilombola communities in Brazil, from a critical and interdisciplinary perspective. The general objective of the research is to investigate how the adoption of circular economic models can promote sustainable development and strengthen the autonomy of these communities, protecting them from traditional and extractivist approaches that have historically marginalized traditional populations. The methodology is based on a qualitative and exploratory literature review, grounded in the anthropology of development and political economy studies, drawing on classical authors such as Celso Furtado, Walter Rodney, and Arturo Escobar to

[1] Especialista em Direito Tributário e Processo Tributário. Professor na Universidade Estadual do Piauí (UESPI).
[2] Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professora na Universidade Estadual do Piauí (UESPI).
[3] Professora Doutora em História. Universidade Estadual do Piauí (UESPI).
[4] Doutora em Gerontologia Biomédica. Professora na Universidade Estadual do Piauí (UESPI).
[5] Doutora em Direito. Professora na Universidade Estadual do Piauí (UESPI).
[6] Graduanda em Administração. Universidade Estadual do Piauí (UESPI).
[7] Doutor em Ciências. Professor na Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

deconstruct the "myth of development." The partial results indicate that the alignment between the Circular Economy and traditional values such as community-based resource management and the valorization of local knowledge reinforces ethnodevelopment and the solidarity economy. The circular transition should not be understood as a mere technical adjustment, but rather as a counter-hegemonic tool capable of promoting social justice and preserving cultural identity, provided that it is accompanied by public policies that ensure territorial rights and address structural racism.

KEYWORDS: *Circular Economy. Quilombola Communities. Ethnodevelopment.*

RESUMEN
Este artículo analiza la convergencia entre los principios de la Economía Circular y las dinámicas de desarrollo en las comunidades quilombolas de Brasil, desde una perspectiva crítica e interdisciplinaria. El objetivo general de la investigación es indagar cómo la adopción de modelos económicos circulares puede promover el desarrollo sostenible y la autonomía de estas comunidades, protegiéndose de enfoques tradicionales y extractivos que históricamente marginan a las poblaciones tradicionales. La metodología se basa en una revisión bibliográfica cualitativa y exploratoria, basada en la antropología del desarrollo y los estudios de economía política, utilizando autores clásicos como Celso Furtado, Walter Rodney y Arturo Escobar para deconstruir el "mito del desarrollo". Los resultados parciales de la investigación indican que la alineación entre la Economía Circular y los valores tradicionales, como la gestión comunitaria de recursos y la valorización del conocimiento local, fortalece el etnodesarrollo y la economía solidaria. La transición circular no debe ser un mero ajuste técnico, sino una herramienta contrahegemónica que promueva la justicia social y la preservación de la identidad cultural, siempre que se acompañe de políticas públicas que garanticen los derechos territoriales y combatan el racismo estructural.

PALABRAS CLAVE*: Economía circular. Comunidades quilombolas. Etnodesarrollo.*

INTRODUÇÃO

O presente estudo explora a relação entre os princípios da Economia Circular e as dinâmicas de desenvolvimento em comunidades quilombolas no Brasil, buscando analisar como essas comunidades podem se beneficiar de modelos econômicos mais sustentáveis e inclusivos, ao mesmo tempo em que se protegem das armadilhas de abordagens de desenvolvimento tradicionais. A análise se baseia em uma revisão da literatura sobre desenvolvimento, antropologia do desenvolvimento e estudos sobre comunidades quilombolas, bem como em reflexões sobre os princípios da Economia Circular.

As fontes aqui apresentadas destacam a necessidade de uma análise crítica do desenvolvimento, considerando as dinâmicas de poder, a colonialidade e as resistências das populações marginalizadas. A desconstrução de estereótipos e a valorização das perspectivas locais são essenciais para repensar o desenvolvimento de forma mais justa e equitativa.

O debate contemporâneo sobre o desenvolvimento exige um olhar atento às periferias do sistema capitalista, onde a lógica extrativista tem deixado rastros de dependência e desestruturação social.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

No caso das comunidades quilombolas brasileiras, o conceito de desenvolvimento tem sido, muitas vezes, uma ferramenta de colonialidade, impondo narrativas que ignoram a autonomia desses grupos em favor de uma acumulação de capital centralizada. Esta pesquisa parte da premissa de que é necessário desconstruir a visão ortodoxa do progresso linear para dar lugar a práticas que respeitem a subjetividade local.

A justificativa deste estudo ancora-se na urgência de encontrar modelos que interrompam o fluxo desigual de recursos que caracteriza o sistema centro-periferia. Como aponta Furtado (1974), o mito do desenvolvimento esconde a realidade de que o estilo de vida das nações centrais não pode ser universalizado sem o esgotamento dos recursos naturais; portanto, as comunidades tradicionais, com suas práticas de usufruir sem esgotar, oferecem a verdadeira alternativa viável para o futuro do planeta.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar as potencialidades e desafios da implementação da Economia Circular como uma estratégia de etnodesenvolvimento em territórios quilombolas.

O método adotado consiste em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, crítico-reflexivo. A pesquisa utilizou o método de análise documental e teórica, confrontando a literatura crítica do desenvolvimento especialmente o conceito de “máquina de despolitização” proposto por Ferguson (1990) com estudos sobre práticas de resistência, etnodesenvolvimento e territorialidades quilombolas. Foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais de reconhecida relevância acadêmica, incluindo SciELO, Google Scholar, Periódicos CAPES, Web of Science, Scopus, JSTOR, Redalyc e ScienceDirect (Elsevier), priorizando produções científicas nas áreas de economia política, antropologia do desenvolvimento, economia circular, economia solidária e estudos sobre comunidades tradicionais.

Essas bases foram selecionadas por sua abrangência multidisciplinar, rigor editorial e ampla circulação internacional. Os descritores utilizados, de forma combinada, em português, inglês e espanhol, foram: “Economia Circular”, *“Circular Economy”*, “Comunidades Quilombolas”, *“Quilombola Communities”*, “Etnodesenvolvimento”, *“Ethnodevelopment”*, “Economia Solidária” e “Antropologia do Desenvolvimento”. O recorte temporal da revisão compreendeu publicações entre 2015 e 2024, sem prejuízo da incorporação de obras clássicas e fundacionais indispensáveis à construção do arcabouço teórico, como Celso Furtado, Walter Rodney, Giovanni Arrighi e Arturo Escobar. Os critérios de inclusão consideraram a relevância temática, a consistência metodológica, a aderência ao objeto de pesquisa e a contribuição crítica para o debate sobre desenvolvimento, colonialidade e sustentabilidade em territórios tradicionais, permitindo a construção de uma síntese multidisciplinar que articula inovação técnica, justiça social e preservação cultural.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Críticas ao Desenvolvimento e a Necessidade de Abordagens Alternativas

O conceito de desenvolvimento tem sido amplamente criticado por perpetuar relações de poder desiguais e ignorar as especificidades culturais e ambientais de diferentes comunidades (Escobar, 1995). A ideia de desenvolvimento frequentemente serve como uma ideologia que justifica a expansão imperialista e causa mais problemas do que soluções (Rodney, 1975). No contexto das comunidades quilombolas, essa crítica é particularmente relevante, uma vez que essas comunidades frequentemente têm seus projetos e narrativas colonizados pelo discurso do desenvolvimento, o que pode levar à perda de autonomia e à desestruturação de suas formas de vida tradicionais.

A crítica ao desenvolvimento tradicional, como visão dominante e ortodoxa de desenvolvimento que prevaleceu no pós-guerra até as décadas de 1970 e 1980, também encontra a ressonância na perspectiva de Arrighi (1998), que oferece uma análise estruturada das dinâmicas do sistema centro-periferia e da acumulação de capital. O autor ressalta que o padrão concentrado de riqueza e o fluxo desigual de recursos explicam, em grande medida, as disparidades socioeconômicas observadas em territórios historicamente explorados, como as comunidades quilombolas (Barbosa, 2021).

Essa visão amplia o debate para além das fronteiras regionais, evidenciando a necessidade de modelos que rompam com a lógica extrativista presente nas políticas de desenvolvimento. Neste trabalho, tal lógica é compreendida como um padrão de organização econômica e territorial orientado pela exploração intensiva de recursos naturais e sociais, voltado à acumulação concentrada de capital e à inserção subordinada das periferias no sistema centro-periferia, conforme analisado por Arrighi (1998) e Rodney (1975). Ao privilegiar ganhos econômicos de curto prazo para grupos restritos, esse modelo produz elevados passivos ambientais, sociais e econômicos no longo prazo, aprofundando desigualdades estruturais e relações de dependência, como apontam Furtado (1974) e Escobar (1995). Diante disso, a perspectiva propõe a construção de alternativas de desenvolvimento efetivamente sustentáveis, socialmente justas e democraticamente construídas.

Furtado (1974), por sua vez, fornece uma crítica contundente ao modelo de progresso linear e à visão liberal do desenvolvimento, destacando as limitações dos métodos que não levam em conta as especificidades sociais e culturais dos territórios (Corrêa, 2023; Grandi, 2022). O Mito do Desenvolvimento Econômico é abordado por Celso Furtado, criticando a objetividade e o ilusionismo em economia e a forma como o sistema capitalista evoluiu.

A análise de Furtado (1974) aponta para a importância de políticas que promovam a intervenção estatal e o planejamento macroeconômico integrado às realidades locais.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Essa perspectiva é especialmente relevante no contexto das comunidades quilombolas, onde os saberes ancestrais e práticas tradicionais oferecem subsídios para iniciativas de Economia Circular, que privilegiam o reuso, a reciclagem e a gestão sustentável dos recursos naturais. Obras de James Ferguson e Arturo Escobar mostram o fracasso das políticas de desenvolvimento. Nesta perspectiva, as críticas de Escobar (1995) sobre a Invenção do Terceiro Mundo encontram eco nas análises de Ferguson (1990), que descreve o desenvolvimento como uma máquina de despolitização, capaz de converter questões políticas e sociais complexas em problemas técnicos meramente administrativos. Essa lógica de controle, ao ignorar as subjetividades locais, reforça a necessidade de abordagens que, em vez de impor modelos externos, valorizem as práticas de resistência e a autonomia quilombola frente à expansão do capital. Assim, a transição para uma Economia Circular nessas comunidades não deve ser vista apenas como um ajuste produtivo, mas como uma ferramenta de contra hegemonia que dialogue com os saberes ancestrais e a gestão territorial já praticada por esses grupos.

Complementando essas visões clássicas, Brito (2024) salienta que a crítica contemporânea sublinha os impactos negativos do extrativismo e dos conflitos territoriais, os quais têm contribuído para a flexibilidade dos meios de subsistência e a perda de identidade cultural em comunidades tradicionais.

Quintero (2015) argumenta que a lógica do desenvolvimento baseada na proteção intensiva de recursos não só degrada o meio ambiente, mas também reforça relações desiguais de poder, agravando os problemas estruturais herdados do colonialismo, o que torna urgente a busca por alternativas que promovam a autonomia e a resiliência local. Destarte, o potencial transformador da Economia Circular vem para romper com os antigos paradigmas de desenvolvimento inorgânico. O autor defende que a implementação de práticas circulares pode gerar um modelo de produção e consumo mais adequado às realidades ambientais e culturais das comunidades quilombolas, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade socioeconômica (Silva *et al*., 2021); e a retroalimentação das dinâmicas cultura-natureza.

Esta proposta encontra eco nas análises de Sousa e Machado (2024), que enfatizam a necessidade de políticas públicas inclusivas e participativas. Segundo esses autores, somente a partir do reconhecimento e da valorização dos saberes tradicionais e de uma gestão compartilhada dos recursos naturais será possível construir trajetórias de desenvolvimento verdadeiramente emancipadoras, como por exemplo, para os territórios quilombolas.

Economia Circular como Potencial Alternativa

Neste sentido, a Economia Circular surge como um modelo econômico alternativo que busca minimizar o desperdício e maximizar o uso de recursos, através de estratégias como reutilização, remanufatura e reciclagem.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Ao contrário do modelo linear tradicional, que se baseia na extração, produção, consumo e descarte, ela busca criar um ciclo contínuo de valor, no qual os produtos e materiais são mantidos em uso pelo maior tempo possível (Ellen MacArthur Foundation - EMF, 2017).

A fundamentação teórica da Economia Circular enfatiza a importância de adotar práticas que promovam o reuso, a reciclagem e a minimização do impacto ambiental. Essas práticas, quando adaptadas ao nível local, podem fortalecer os sistemas produtivos das comunidades ao promover o aproveitamento de recursos regionais e a valorização de processos produtivos que respeitam o meio ambiente em uma equação do usufruir sem esgotar, tirar e devolver. Entretanto, a melhoria desses mecanismos em comunidades locais com especificidades culturais, como os quilombolas, impõe o desafio de conciliar modelos gerenciais modernos com os saberes ancestrais e estratégias de resistência cultural e manutenção de tradições de vidas (Klevtsyevych, 2023; Khymynets *et al*., 2021).

O Etnodesenvolvimento em comunidades quilombolas ressalta a complexidade de políticas públicas articuladas que promovem tanto a justiça social quanto o desenvolvimento sustentável. Silva e Costa (2020) demonstram que a integração entre educação ambiental e extensão rural pode favorecer a construção de saberes que fortalecem a identidade e a autonomia da comunidade. Complementarmente, Lemes e Filho (2019) apontam que políticas públicas de economia solidária podem funcionar como alavancas para o fortalecimento social, desde que sejam sensíveis às especificidades locais e observando as práticas culturais e produtivas tradicionais.

A partir das contribuições teóricas de Tárrega (2022) e Mourão *et al*. (2019), a proposta de integração entre Economia Circular e etnodesenvolvimento em comunidades quilombolas ganha mais força. Tárrega (2022) enfatiza que a inserção do comércio justo como ferramenta de facilitação para o etnodesenvolvimento pode potencializar a diversidade cultural e a autonomia econômica, ao passo que Mourão *et al*., (2019) apresenta estudos de casos práticos voltados para o incentivo da economia local, aproveitando os potenciais territoriais e culturais, que resultam em produtos da sociobiodiversidade.

A integração da Economia Circular nos territórios quilombolas revela que a transição para um modelo sustentável depende da superação de barreiras estruturais. No Quadro 1 a seguir, sistematiza-se os principais eixos de impacto e as barreiras identificadas na literatura:

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Quadro 1. Eixos de Implementação e Impactos no Desenvolvimento Local

Eixo de Ação	Descrição da Prática	Impacto Esperado no Território
Gestão de Resíduos	Capacitação em técnicas de reuso e compostagem comunitária.	Melhoria da saúde pública e revitalização das práticas agrícolas locais.
Sociobiodiversidade	Produção baseada em plantas medicinais e recursos regionais.	Fortalecimento da autonomia econômica e valorização da cultura ancestral.
Educação Ambiental	Integração entre extensão rural e saberes tradicionais.	Construção de trajetórias de desenvolvimento emancipadoras.
Comércio Justo	Redes de economia solidária e eliminação de intermediários.	Garantia de preço justo e redução da dependência de mercados externos.

Fonte: Elaboração própria com base em Silva & Costa (2020), Tárrega (2022) e Mourão *et al.,* (2019).

A análise dos dados bibliográficos permite observar que, embora o conceito industrial de Economia Circular seja focado em eficiência técnica, sua aplicação quilombola é inerentemente política. A circularidade quilombola já existe nas práticas de manejo da terra, mas é ameaçada pelo avanço do capital e pelo extrativismo que gera passivos ambientais de longo prazo. No entanto, é imperativo considerar os desafios suscitados pela aplicação de modelos de Economia Circular em comunidades historicamente marginalizadas. Conceição *et al*., (2024) alertam que intervenções tecnológicas e energéticas, se mal orientadas, podem agravar desigualdades socioambientais, impactando melhorias na integridade das comunidades tradicionais, como os quilombolas. Dessa forma, a articulação entre os modelos de Economia Circular e estratégias de desenvolvimento local deve ser construída de maneira inclusiva, envolvendo a participação ativa das comunidades na definição das políticas, na valorização de seus saberes e na gestão dos recursos naturais, para que o processo de transição seja realmente sustentável e justo (Silva; Costa, 2020; Lemes; Filho, 2019; Tárrega, 2022).

A proposta de integrar a Economia Circular ao desenvolvimento de comunidades quilombolas tem ganhado força como alternativa para problematizar e subverter modelos tradicionais de desenvolvimento que historicamente marginalizam essas populações. Essa abordagem crítica dialoga com as análises de Rodney (1975), que enfatizou a construção histórica do subdesenvolvimento através da exploração colonial e a concomitante centralização dos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

recursos nas metrópoles (Bastos; Britto, 2020; Corrêa, 2023). Nesse contexto, Rodney (1975) argumentou que os processos de subordinação se originam de relações de poder internacionais que continuam a permear as práticas econômicas atuais, possibilitando a exploração de recursos naturais e culturais das periferias; como é o caso, das comunidades tradicionais.

A Economia Circular tem se afirmado como um paradigma inovador de gestão territorial capaz de promover a sustentabilidade ambiental e, simultaneamente, de realizações do desenvolvimento socioeconômico de comunidades locais (Klevtsyevych, 2023; Khymynets *et al*., 2021). No contexto de comunidades quilombolas, esse paradigma se torna especialmente relevante, pois a conservação dos saberes tradicionais e da identidade cultural pode ser integrada a estratégias de uso eficiente dos recursos, fomentando a economia solidária e o etnodesenvolvimento (Silva; Costa, 2020; Lemes; Filho, 2019). A análise crítica dessa interface requer um olhar multidimensional que articule os fundamentos teóricos da Economia Circular com as demandas e particularidades históricas e culturais das comunidades quilombolas.

A análise de Furtado (1974) aponta para a importância de políticas que promovam a intervenção estatal e o planejamento macroeconômico integrados às realidades locais. Essa perspectiva é especialmente relevante no contexto das comunidades quilombolas, nas quais saberes ancestrais e práticas tradicionais como o manejo comunitário da terra, o uso sustentável de recursos da sociobiodiversidade, as técnicas agrícolas de baixo impacto ambiental, a produção de alimentos para autoconsumo e a transmissão intergeracional de conhecimentos sobre plantas medicinais oferecem subsídios concretos para iniciativas de Economia Circular que privilegiam o reuso, a reciclagem e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Obras de James Ferguson e Arturo Escobar evidenciam o fracasso das políticas de desenvolvimento que desconsideram essas dinâmicas locais. Nessa perspectiva, as críticas de Escobar (1995) à invenção do Terceiro Mundo encontram eco nas análises de Ferguson (1990), que descreve o desenvolvimento como uma máquina de despolitização, capaz de converter questões políticas e sociais complexas em problemas técnicos meramente administrativos. Ao ignorar as subjetividades e práticas locais, essa lógica de controle reforça a necessidade de abordagens que, em vez de impor modelos externos, valorizem as práticas de resistência e a autonomia quilombola frente à expansão do capital. Assim, a transição para uma Economia Circular nessas comunidades não deve ser compreendida apenas como um ajuste produtivo, mas como uma ferramenta de contra-hegemonia que dialogue com os saberes ancestrais e a gestão territorial historicamente praticada por esses grupos.

Os princípios da Economia Circular podem se alinhar com os valores e práticas tradicionais das comunidades quilombolas, que frequentemente possuem um forte senso de comunidade, respeito pela natureza e conhecimento sobre o uso sustentável dos recursos naturais. Esse alinhamento pode ser observado no Quadro 2 a seguir:

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Quadro 2. Alinhamento da Economia Circular com Valores e Práticas Tradicionais das Comunidades Quilombolas

Valores e Práticas Tradicionais	**Economia Circular**
• Gestão Comunitária de Recursos:	As comunidades quilombolas tradicionalmente gerenciam seus recursos de forma coletiva, buscando garantir o bem-estar de todos os membros da comunidade e a conservação do meio ambiente. Esse modelo de gestão pode ser facilmente adaptado aos princípios da Economia Circular, através da criação de sistemas de reutilização, reciclagem e compostagem em nível comunitário.
• Valorização do Conhecimento Tradicional:	As comunidades quilombolas possuem um vasto conhecimento sobre o uso de plantas medicinais, técnicas de agricultura sustentável e outras práticas que podem contribuir para a criação de modelos econômicos mais circulares e adaptados às suas realidades.
• Fortalecimento da Autonomia:	A Economia Circular pode ajudar a fortalecer a autonomia das comunidades quilombolas, através da criação de oportunidades de geração de renda local e da redução da dependência de mercados externos. Ao produzir seus próprios bens e serviços, as comunidades podem reduzir sua vulnerabilidade a flutuações de preços e outras pressões externas.

Fonte: Autoria Própria (2025).

Desafios e Considerações Críticas da Economia Circular

Apesar do potencial da Economia Circular para promover o desenvolvimento sustentável em comunidades quilombolas, é importante estar atento a alguns desafios e considerações críticas:

• Apropriação Indébita: É fundamental garantir que a implementação de modelos de Economia Circular nas comunidades quilombolas seja feita de forma participativa e respeitosa, evitando a apropriação indébita de seus conhecimentos tradicionais e a imposição de soluções externas que não atendam às suas necessidades e prioridades, interferindo no modo de vida.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

• Escala e Mercado: É importante considerar a escala de produção e a viabilidade de comercialização dos produtos e serviços gerados pelas comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombolas. A criação de redes de comércio justo e solidário pode ajudar a garantir que as comunidades recebam um preço justo por seus produtos e serviços, ao mesmo tempo em que promovem a conscientização sobre a importância de apoiar a economia local e sustentável.

• Dinâmicas de Poder: É essencial estar atento às dinâmicas de poder que podem influenciar a implementação de modelos de Economia Circular nas comunidades quilombolas. A participação de todos os membros da comunidade, incluindo mulheres, jovens e idosos, é fundamental para garantir que os seus benefícios sejam distribuídos de forma equitativa e que as decisões sejam tomadas de forma democrática.

As classificações estatais podem produzir estereótipos que justificam a indiferença à heterogeneidade, perpetuando desequilíbrios de poder. O desenvolvimento é intrinsecamente ligado a relações de poder assimétricas, com redes de desenvolvimento operando em diversas escalas, desde instituições globais até comunidades locais. A análise das redes de desenvolvimento deve considerar as relações de poder internas (Bebbington, 2005).

A integração das propostas da Economia Circular no desenvolvimento das comunidades quilombolas exige uma abordagem multidisciplinar e adaptada que contemple tanto a inovação técnica quanto a preservação cultural. A convergência entre os referenciais teóricos da Economia Circular (Klevtsyevych, 2023; Khymynets *et al*., 2021) e a produção de conhecimento sobre o desenvolvimento local e os saberes quilombolas (Silva; Costa, 2020; Lemes; Filho, 2019; Tárrega, 2022; Mourão *et al*., 2019; Conceição *et al*., 2024) fornece uma base sólida para compensar estratégias de sustentabilidade que sejam inclusivas, resilientes e capazes de promover transformações socioeconômicas alinhadas com os valores e necessidades dos territórios quilombolas.

É importante ressaltar que a Economia Circular não é uma panaceia e que sua implementação deve ser acompanhada de outras políticas públicas que visem garantir os direitos territoriais, o acesso à educação e saúde e o combate ao racismo e à discriminação contra as comunidades quilombolas. Conforme indicado no blog da FIA (2020), está em evidência a ideia da Economia Circular, que vai além de apenas uma moda passageira ou apelo pela preservação do meio ambiente. Nos últimos anos, essa abordagem vem se tornando cada vez mais popular e é adotada em diversos projetos industriais. Essa mudança foi impulsionada após líderes e governantes perceberem a necessidade de reduzir a quantidade de resíduos descartados e de substâncias poluentes.

Segundo a Ellen MacArthur Foundation - EMF (2017), a Economia Circular é baseada em três princípios fundamentais: preservar e aumentar o capital natural, controlando recursos finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis; otimizar a utilização de recursos, promovendo a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

circularidade de produtos, componentes e materiais em sua máxima eficiência o tempo todo, por meio de estratégias que incentivem a manufatura, reforma e reciclagem, garantindo que esses elementos continuem em circulação e contribuindo para a economia; e promover a eficiência do sistema, identificando os impactos negativos e eliminando-os dos processos, reduzindo os danos aos produtos e serviços.

O conceito de Economia Circular tem sido bastante explorado quando se trata de um desenvolvimento econômico sustentável, já que consiste na diminuição da quantidade de materiais necessários para realizar um determinado serviço de forma econômica eficiente (Kuzma *et al*., 2020). A redução de resíduos, a aplicação do reuso e da reciclagem trazem benefícios como maior eficiência na indústria, e essas são apenas algumas das vantagens que a economia circular oferece.

A Economia Circular, ao propor um modelo onde os resíduos são vistos como recursos, oferece uma oportunidade para que todas as comunidades possam revitalizar suas práticas, promovendo não apenas a sustentabilidade, mas também a sua autonomia econômica (Abejón *et al*., 2022). A prática de reciclagem e reaproveitamento de resíduos pode ser um pilar para o desenvolvimento econômico local (Miranda, *et al*., 2024). Essa relação pontua a importância da capacitação em técnicas de gestão de resíduos, propondo um novo olhar sobre a produção e o consumo nessas comunidades (Pereira *et al*., 2019).

Além disso, a literatura aponta que o reconhecimento das práticas culturais e das competências locais é essencial para que a Economia Circular seja efetivamente inovadora e adaptada às realidades quilombolas (Ramos-Souza *et al*., 2020; Bicalho; Rodrigues, 2019). Apesar dos avanços, as comunidades quilombolas enfrentam diversos desafios para a implementação de práticas de Economia Circular. A falta de políticas públicas certas, o desfavorecimento histórico e as limitações de infraestrutura são barreiras que devem ser superadas para que a Economia Circular se torne um modelo viável (Assunção, 2019; Oliveira, 2023).

Esses obstáculos não podem ser compreendidos apenas como limitações operacionais ou falhas de gestão, mas como expressões de um processo histórico de marginalização territorial e institucional das comunidades quilombolas. Conforme apontam Escobar (1995) e Ferguson (1990), políticas de desenvolvimento que desconsideram as dinâmicas locais tendem a reproduzir assimetrias de poder, convertendo desigualdades estruturais em problemas técnicos e administrativos. A fragilidade das políticas públicas, associada à ausência de infraestrutura adequada, reflete a permanência desses padrões de exclusão, condicionando o acesso a recursos, financiamento e assistência técnica. Nesse sentido, a implementação da Economia Circular em contextos quilombolas exige mais do que soluções técnicas isoladas, demandando ações estruturantes do Estado e mecanismos de governança participativa que assegurem a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

autonomia comunitária, o respeito aos saberes tradicionais e a democratização dos benefícios econômicos gerados.

CONSIDERAÇÕES

Em suma, a articulação entre a Economia Circular e as críticas ao modelo de desenvolvimento tradicional, fundamentadas nas contribuições teóricas de Walter Rodney, Giovanni Arrighi, Celso Furtado, e complementadas pelas perspectivas críticas de Pablo Quintero, Igor Sousa e Dayana Machado, revelam a urgência de repensar as estratégias de desenvolvimento. A análise crítica empreendida demonstra que a relação entre Economia Circular e comunidades quilombolas transcende a dimensão técnica da gestão de materiais. Ao confrontarmos o pensamento de Rodney (1975) e Arrighi (1998) com a realidade desses territórios, percebe-se que o verdadeiro desenvolvimento sustentável só ocorrerá quando houver um rompimento com a lógica de subordinação das periferias. A Economia Circular, portanto, apresenta-se como um paradigma inovador capaz de sustentar esse rompimento, desde que não seja instrumentalizada como uma nova forma de invenção do terceiro mundo ou de controle administrativo externo.

A Economia Circular oferece um potencial promissor para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo em comunidades quilombolas, desde que seja implementada de forma participativa, respeitosa e atenta às dinâmicas de poder. Ao valorizar o conhecimento tradicional, fortalecer a autonomia e promover a gestão comunitária de recursos, a economia circular pode ajudar as comunidades quilombolas a construir um futuro mais justo, equitativo e sustentável.

A formação e sensibilização das comunidades sobre a importância da economia circular e das práticas sustentáveis podem levar a melhorias significativas não apenas em termos de qualidade ambiental, mas também de saúde e bem-estar social (Sousa *et al*., 2023; Oliveira, 2023). Assim, um compromisso coletivo para integrar esses conceitos nas comunidades pode representar um passo significativo para um futuro mais sustentável e equitativo.

Em última análise, este artigo considera que a valorização da cultura e das competências locais é o que torna a Economia Circular efetivamente inovadora. Ao transformar o que o mercado considera resíduo em recurso e ao fortalecer a economia solidária, os quilombos não estão apenas adotando uma moda passageira, mas reafirmando um compromisso histórico com a vida e a natureza. O futuro dessas comunidades, para ser justo e equitativo, deve ser desenhado pelas suas próprias mãos, utilizando a circularidade como uma ferramenta de resistência e emancipação socioeconômica.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

REFERÊNCIAS

ABEJÓN, R.; VIGURI, J. R.; METOLA, A. M.; IRABIEN, Á. Circular economy in remote and insular communities: a systematic review. **Journal of Cleaner Production**, *[S. l.]*, v. 345, p. 131144, abr. 2022.

ARRIGHI, G. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1998. (Coleção Zero à Esquerda). ISBN 85.326.1885-5

ASSUNÇÃO, L. C. O desenvolvimento sustentável em comunidades quilombolas: entre o discurso e a prática. **Caderno Virtual de Turismo**, *[S. l.]*, v. 19, n. 1, 2019.

BARBOSA, A. Celso furtado, a ascensão chinesa e a complexificação do sistema centro-periferia. **História Econômica & História de Empresas**, v. 24, n. 1, p. 196-215, 2021. https://doi.org/10.29182/hehe.v24i1.791

BASTOS, C.; BRITTO, G. Introdução à economia do subdesenvolvimento: elementos fundamentais das teorias clássicas do desenvolvimento. **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 38, p. 3632-3671, 2020. https://doi.org/10.21171/ges.v14i2.3160

BEBBINGTON, Anthony. Capitais e capacidades: um modelo de análise do desenvolvimento rural comunitário. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 199-233, out. 2005.

BICALHO, P. S.; RODRIGUES, M. S. A herança quilombola e o uso sustentável da biodiversidade: práticas culturais como resistência. **Geosul,** Florianópolis, v. 34, n. 72, p. 145-168, 2019.

BRITO, A. Águas de trabalho e águas de negócio: extrativismo e conflitos territoriais. **Revista da Casa a Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 26, n. 3, p. 27-62, 2024. https://doi.org/10.35701/rcgs.v26.980

CONCEIÇÃO, P.; SILVA, A.; SANTOS, M. Social inequality and renewable energy: the case of afro-descendant territories in northeastern brazil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 12, e010612, 2024. https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n12-216

CORRÊA, M. A relevância duradoura de celso furtado na compreensão do desenvolvimento econômico do brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 2931-2946, 2023. https://doi.org/10.51891/rease.v9i10.11520

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION - EMF. **Uma Economia Circular no Brasil**. [S. l.]: EMF, 2017. Recuperado em: https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/languages/UmaEconomiaCircularnoBrasil_Uma-Exploracao-Inicial.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**: The making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERGUSON, J. **The Anti-Politics Machine**: "Development", Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO - FIA. **Economia Circular como é e como funciona**. São Paulo: FIA, 2020. Disponível em: https://fia.com.br/blog/economia-circular. Acesso em: 18 set. 2024.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1974. (Círculo do Livro).

GRANDI, G. Crítica ao modelo de desenvolvimento do governo militar no brasil: a produção intelectual de celso furtado entre 1981 e 1983. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 17, n. 31, p. 112-150, 2022. https://doi.org/10.29327/2148384.17.31-5

KHYMYNETS, V.; HOLOVKA, A.; TSIMBOLYNETS, G. Peculiarities of implementing mechanism of circular economy in the context of sustainable development of communities. **E3s Web of Conferences**, v. 255, 01054, 2021. https://doi.org/10.1051/e3sconf/202125501054

KLEVTSYEVYCH, N. Methodological aspects of management of the development of territorial communities based on the use of the circular economy concept. **Economic Innovations**, v. 25, n. 3(88), p. 132-139, 2023. https://doi.org/10.31520/ei.2023.25.3(88).132-139

KUZMA, E. L.; SEHNEM, S.; BENCKE, F. F.; ROMAN, D. J. Design do método de pesquisa em economia circular: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Gestão Organizacional**, v. 3, n. 13, p. 93-117, 2020.

LEMES, P.; FILHO, H. Políticas públicas de economia solidária como estratégia de desenvolvimento local sustentável. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 45, p. 616-641, 2019. https://doi.org/10.14295/idonline.v13i45.1767

MIRANDA, A. L.; OLIVEIRA, B. C. de; SIQUEIRA, M. T. R. de. Economia circular e desenvolvimento local: práticas de sustentabilidade em comunidades rurais. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, 2024.

MOURÃO, N.; MARTINS, I.; MACIEL, R.; OLIVEIRA, A. Comunidade quilombola de Felipe: estudos em product-service systems para incentivar a economia local. *In:* **Anais do 13º Congresso Pesquisa e Desenvolvimento em Design (2018)**. São Paulo: Blucher, 2019. p. 4519-4533. https://doi.org/10.5151/ped2018-5.2_aco_09

OLIVEIRA, R. S. Barreiras e desafios da economia circular no contexto da agricultura familiar e comunidades tradicionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 61, n. 2, e254321, 2023.

PEREIRA, M. C.; SILVA, L. S. da; SILVA, F. S. da; OLIVEIRA, R. S. S. de. Gestão de resíduos sólidos e capacitação comunitária: um novo olhar sobre o consumo. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2019.

QUINTERO, P. **Antropología del desarrollo**: perspectivas latinoamericanas. Editado por Lena Dávila da Rosa; Ana Carolina Arias. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Kula Ediciones, 2015. 200 p. ISBN 978-987-27585-3-0

RAMOS-SOUZA, J.; PARRRILLA-VALERO, L.; RODRÍGUEZ-COHEN, S. Práticas culturais e inovação social: a adaptação da economia circular em contextos periféricos. **Revista Iberoamericana de Economia Circular**, *[S. l.],* v. 1, n. 2, p. 45-60, 2020.

RODNEY, W. **Como a Europa Subdesenvolveu a África**. Lisboa. Editora Serra Nova, 1975. (Coleção de Leste a Oeste).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

SILVA, É.; COSTA, M. Desenvolvimento local e os saberes das artesãs quilombola. **Revista Campo-Território**, v. 15, n. 39, p. 353-370, dez. 2020. https://doi.org/10.14393/rct153919

SILVA, L.; REIS, A.; COTA, R.; COSTA, G.; SILVA, J. O território quilombola e sua luta por emancipação, apoderamento e autonomia: desafios e oportunidades, à luz da economia solidária. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN**, p. 139-190, 2021. https://doi.org/10.31418/2177-2770.2021.v13.n.38.p139-170

SOUSA, I. S. de; MACHADO, D. C. M. Antinegritude e ruralidades: uma análise da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Ruris,** Campinas-SP, v. 16, n. 01, p. 06-35, 2024. DOI 10.53000/rr.v16i1.18729

SOUSA, J. F.; MENDONÇA, R. T.; LOPES, A. C.; MARTINS, G. V. Formação ambiental e bem-estar social: o impacto da economia circular na saúde comunitária. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 88-105, 2023.

TÁRREGA, M. Fair trade - possibilidades para o etno-desenvolvimento quilombola. **Revista Internacional Consinter de Direito,** p. 447-467, 2022. https://doi.org/10.19135/revista.consinter.00015.22

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.